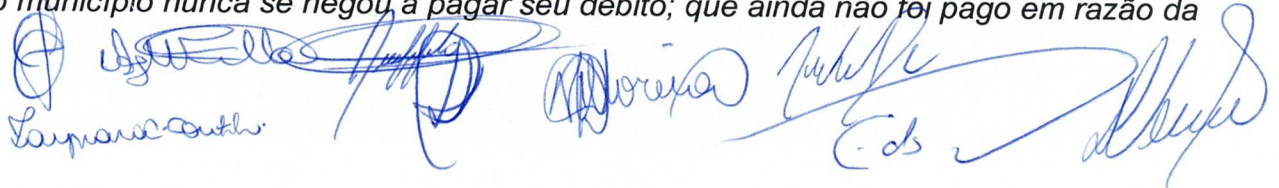
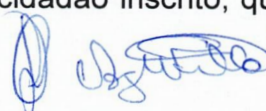


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CAMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS SOBRE O TEMA SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL: MOMENTO ATUAL E PERSPECTIVAS DE FUTURO

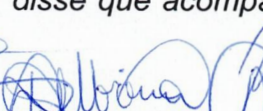
Aos 13 (treze) dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às 19:00 horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Doresópolis, mediante convocação do presidente em exercício, ocorreu Audiência Pública para debater sobre a situação atual e perspectivas de futuro do sistema de saúde municipal, em decorrência do rompimento do convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Piumhi e região e a propositura do projeto de lei nº 07 / 2024 – que “Reconhece como Organização Social e de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Passos CISMIP e dá outras providências”. Usou a palavra o n. Vereador Alessandro Moreira Simões, que pediu “*esclarecimentos sobre a ruptura do convênio atual e os motivos da propositura de novo convênio com o Consórcio de Passos e região*”. Depois usou a palavra o Procurador do Município, Dr. Senézio Modesto, que justificou “*que a propositura no novo projeto de lei busca atender a população e evitar demandas judiciais para oferta de cirurgias e medicamentos; que o rompimento com o Consórcio de Piumhi foi decisão do Poder Executivo*”. Após a fala do Dr. Senézio Modesto, usou a palavra a Dra. Larissa Teixeira, Assessora Jurídica do Consórcio de Piumhi e região, que “*sustentou haver uma demanda judicial, precisamente uma execução; que não há segredo de justiça; que o Município ainda não ofertou defesa judicial; que está suspensa a prestação de serviços até o momento; que poderá haver acordo em caso de interesse do devedor e a prestação de serviço ser restabelecida*”. Após a fala da Dra. Larissa Teixeira, usou a palavra o contador do Consórcio de Piumhi e região, Sr. Maicon, que com a palavra esclareceu “*que o débito do município de Doresópolis se iniciou em 2022 e se agravou em 2023; que o motivo da permissão do acúmulo da dívida é decorrente do contrato em vigor; que foi quitado até janeiro de 2023; em 26 de maio de 2023 o Consórcio foi notificado pelo Município de Doresópolis; que o Consórcio vive de rateio entre os municípios consorciados; que atualmente o Consórcio está prejudicado pelo débito do Município de Doresópolis*”. Após a fala do Contador Sr. Maicon, usou a palavra a Secretária Executiva do Consórcio de Piumhi, Sra. Larissa Vieira Viana, que com a palavra “*agradeceu a todos os presentes; sustentou em seguida que o Consórcio Público é um braço direito dos Municípios Consorciados, em decorrência do SUS não atender todas as demandas que são necessárias aos munícipes; que o Consórcio era privado e se tornou público no ano de 2017; que o Consórcio de Passos é uma associação civil; que o Consórcio de Piumhi oferece o melhor custo benefício nos custos e tratamentos; que Doresópolis era considerado o município que tinha o melhor sistema de saúde; que sempre são solicitadas três vias dos procedimentos realizados; que o Município de Doresópolis deve possuir suas vias: que não há processos em seu nome; que veio esclarecer à população de Doresópolis e que fica orgulhosa da participação popular*”. Após a fala da Secretária Executiva, usou a palavra novamente o Procurador Dr. Senézio Modesto, para rebater “*supostas alegações que segundo ele, não foram por ele ditas*”. Após sua fala, usou a tribuna o Dr. Diego, Assessor Jurídico do Poder Executivo para o assunto Consórcio Público de Piumhi e região, que com o uso da palavra, disse “*que o município nunca se negou a pagar seu débito; que ainda não foi pago em razão da*

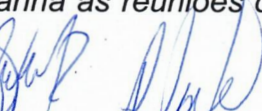


ausência de relatórios solicitados ao Consórcio; que foi feita denúncia aos órgãos competentes e está sendo investigado possíveis fraudes nos procedimentos de Doresópolis; que as investigações estão em andamento; que há indícios de superfaturamento e ou procedimentos em duplicidade realizados; que se ocorrer decisão judicial para o pagamento no processo de execução que move o Consórcio, o município irá cumprir; que foi contratado para, exclusivamente, atuar em relação ao Consórcio de Piumhi e região; que a parte administrativa é de competência da Secretária Municipal de Saúde; que a responsabilidade do gestor é limitada; que os responsáveis são os agentes causadores dos danos; que a dinâmica das investigações é em cima de relatórios com supostas alterações fraudulentas". Houve réplica da Secretária Executiva do Consórcio, que "informou que se for solicitada mediante e-mail, entregará os envelopes com os relatórios". Após a réplica, usou novamente a palavra a Dra. Larissa Teixeira, dizendo que "não cabe ao Consórcio conferir autenticidade de documentos enviados pelo Municípios consorciados; que o Consórcio faz o trabalho de intermediação entre os usuários e os profissionais contratados; que sai tudo da Secretaria Municipal de Saúde; que os relatórios não foram fornecidos em razão da falta de autorização dos demais Municípios consorciados em reunião, ante a ausência de representantes de Doresópolis - MG". Após o uso da palavra pela Dra. Larissa Teixeira, usou a palavra o cidadão inscrito Sr. Igor, ex-funcionário da Secretária Municipal de Saúde, que diz "ter trabalhado por vários anos na Secretaria Municipal de Saúde e se orgulha disso; que foi reconhecido pelo seu trabalho prestado; que não tinha autonomia para liberar procedimentos isoladamente; que os procedimentos eram autorizados pela equipe gestora; que está aberto a esclarecer dúvidas e perguntas; que a presente iniciativa com relação ao setor de saúde deverá ser replicada também nos outros setores do Poder Executivo; que pessoas de outros municípios poderiam ser atendidos em razão dos princípios universais de acesso à saúde; princípio da universalidade". Após o uso da palavra pelo Sr. Igor, usou a palavra o Sr. Edson Júnior, cidadão inscrito e ex-Secretário de Saúde de Doresópolis, que com a palavra disse "que já saiu da secretaria a mais de um ano e que até hoje não há processos em seu desfavor; que se alguém tiver provas de condutas criminosas em seu desfavor pode apresentar e que pode ser preso se for culpado; que está cansado de ser difamado; que o aumento das despesas em 2020 foi decorrente das eleições municipais; que os recursos foram gastos para fazer política; que o ordenador das despesas que autorizava as despesas; que todos sabem que quem autorizava era o prefeito; que a investigação deve ser na prefeitura inteira, em todos os setores; que nunca falsificou assinatura de ninguém; que está à disposição para esclarecer toda e qualquer dúvida; que Doresópolis só aumenta a quantidade de eleitores; que não prestava constas por ausência dos relatórios da contabilidade; que não era liquidante". Após a fala do Sr. Edson, usou a palavra o Sr. Carlos Alexandre Dias, ex-vereador, que sustentou "ficar triste com o declínio da saúde de Doresópolis: que está faltando remédio até na farmácia; que Doresópolis já foi referência na saúde pública; que há perseguição política no município; que inimigos políticos são perseguidos; que o Consórcio de Passos e Região irá onerar ainda mais os cofres do município". Usou novamente a palavra o Sr. Edson Júnior, em réplica, "dizendo que há alguém construindo duas mansões na cidade; para ser investigado também". Após a fala do Sr. Edson Júnior, usou a palavra o Sr. José Eurípedes, cidadão inscrito, que com a palavra "disse que acompanha as reuniões da Câmara;


Layranoc. Couto


Edson


Albina


José Eurípedes


Larissa Teixeira

que os Vereadores são eleitos para fiscalizar e que deve ser instalada CPI para apurar as irregularidades encontradas; que Doresópolis não há obras de infraestrutura a vários anos; que o gestor é responsável por seus funcionários; que o gestor é o ordenador das despesas; que o portal da transparência da prefeitura está desatualizado; que não há nada publicado; que não há transparência". Em seguida, usou a palavra a atual Secretária de Saúde, Sra. Taynara, que disse "que atua na Secretaria desde julho de 2023; que ainda não há oferecimento de todos os procedimentos; que alguns já são fornecidos mediante cadastramento e licitação; que o Consórcio de Passos e região também é viável e atende a população; que o Consórcio de Passos possui atendimentos especializados aos portadores de necessidades especiais; que no momento as cirurgias comuns estão sendo realizadas mediante convênios e emendas; que cirurgias de alto valor são avaliadas isoladamente e feito investigação da capacidade financeira do interessado, mediante parecer jurídico; que exames estão sendo feitos em Passos, mediante licitação e em laboratórios credenciados e licitados na cidade de Piumhi; que solicitações de exames antigos devem ser novamente requeridos, mediante novo contato e nova avaliação médica; que procurou o CISMIP em dezembro de 2023 diante da grande solicitação da população por procedimentos de saúde e em razão da suspensão do Consórcio de Piumhi e região para apuração das investigações; que está tentando marcar cirurgias complexas; que poderá haver compra direta para tratamento emergencial". Novamente solicitou a palavra o Dr. Diego, Assessor Jurídico do Poder Executivo para o assunto Consórcio Público de Piumhi e região, que com o uso da palavra, disse "não haver plantão de R\$40.000,00 (quarenta mil reais); que é o valor global; que o portal da transparência do Poder Executivo está atualizado; que a prestação de contas do Poder Executivo está em dia e de acordo com o TCE/MG; que as pessoas deverão consultar antes de falar para não disseminar Fake News; que a responsabilidade é concorrente entre o Município, o Estado e a União; que em momentos urgentes pode ser extrapolado o limite para compra direta". Após a fala do Dr. Diego, tomou novamente a palavra o cidadão Carlos Alexandre Dias, dizendo "que não acusou ninguém; que todas as denúncias que faz possuem provas; que a indícios de irregularidade na gestão do atual prefeito". E não havendo mais inscritos, o Presidente da Câmara declarou encerrada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após ser aprovada receberá a assinatura dos presentes na Audiência Pública.

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there are approximately seven distinct signatures. Some are more legible than others, but they appear to be the names of the individuals present at the public hearing. The signatures are written over the printed text of the minutes.